

Inquérito Civil n. 06.2019.00003231-1

Objeto: Apurar venda e exposição à venda de produtos impróprios para o consumo no estabelecimento comercial "Supermercado Mariantal Ltda.", localizado no município de Rio Negrinho/SC..

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N. 0002/2019/01PJ/RNE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça Roberta Trentini Machado Gonçalves, doravante denominada COMPROMITENTE, e **SUPERMERCADO MARIANTAL LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 04.962.922/0001-30, sediada na Rua Luis Neidert, 66, bairro Cruzeiro, CEP: 89.295-000, Rio Negrinho/SC, doravante denominada EMPRESA COMPROMISSÁRIA, representada pelo sócio-administrador **EDSON LUIS WIECZORKOWSKI**, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade n 2.925.025/SC, inscrito no CPF/MF n. 943.423.189-20, natural de Araucária/PR, nascido em 8 de novembro de 1973, filho de Júlio Wieczorkowski e Suzana Boroski de Lima Wieczorkowski, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ e artigo 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; e artigo 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90 - CDC);

CONSIDERANDO que, em obediência ao disposto no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, "*na forma da lei, a defesa do consumidor*", foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90 - CDC);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que "*são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados,*

adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivo à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação";

CONSIDERANDO que o artigo 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...)"*;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 55 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) dispõe que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n. 31.455/87, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n. 6.320/83, os quais dispõem sobre alimentos e bebidas;

CONSIDERANDO que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar sérios problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que o Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal foi instituído em virtude do Termo de Cooperação Técnica n. 3, celebrado em 21 de outubro de 1999, consolidando-se como instrumento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina para aplicar de forma sistematizada e contínua as políticas públicas de inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores e fornecedores de aves, bovinos, ovinos, caprinos, suínos, pescados, moluscos bivalves e seus derivados em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que, em operação realizada no dia 29 de maio de 2019, neste município de Rio Negrinho/SC, conforme Relatório de Ocorrências e Auto de Infração de Sequencial n. 87, os fiscais sanitários municipais e o fiscal da CIDASC aduziram que o estabelecimento comercial "Supermercado Mariantal Ltda." armazenava produtos sem procedência e sem rotulagem; armazenava produtos com data de validade expirada; não possuía condições estruturais adequadas para a estocagem de produtos do setor de

entrepasto; armazenava de forma irregular produtos no interior das câmaras de resfriamento; possuía funcionário descumprindo norma de asseio corporal (barba sem máscara); armazenava produtos sem rotulagem e sem inspeção, dentre outros, sendo apreendidos um total de 105,80kg (cento e cinco quilos e oitenta gramas) de produtos, conforme se verifica no Auto de Intimação n. 95;

RESOLVEM

Celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC** –, com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

I. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir as exigências exaradas pelas autoridades sanitárias no que toca às irregularidades apontadas durante vistoria efetuada em seu estabelecimento, conforme descrito no Auto de Intimação n. 95;

II. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comercializar (receber, ter em depósito, vender etc.) somente produtos próprios e adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo, no que se refere a prazo de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento;

III. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não manter em seu estabelecimento (i) produtos sem procedência e sem rotulagem; (ii) produtos com data de validade expirada; (iii) produtos sem inspeção sanitária; (iv) o armazenamento irregular de produtos no interior das câmaras de resfriamento; (v) a estocagem irregular de produtos do setor de entreposto; (vi) objetos estranhos às atividades do setor de fatiamento no local em que a atividade é realizada e no armário de depósito da sala de embalagem, tais como caixas plásticas, caixas de papelão, aventais, casacos, copos, etiquetas e etiquetadora;

IV. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no prazo de 90 (noventa) dias, promover as alterações para adequação do Setor de Entrepasto, a fim de que (i) seja viabilizado acesso exclusivo ao local de manipulação de produtos fatiados; (ii) seja viabilizado

local adequado para estocagem de produtos; (iii) sejam elaborados programas de boas práticas de fabricação; (iv) seja obrigatório o uso de máscaras por funcionários que possuam barba e seja realizado o controle do asseio corporal dos funcionários; (v) seja realizado o fatiamento de produtos cárneos e de produtos lácteos de maneira separada (máquinas separadas ou em dias distintos, conforme orientação das equipes de fiscalização); (vi) viabilize ambiente adequado para a carne moída, com temperatura máxima de 10°C (dez graus célsius); (vii) sejam as caixas armazenadoras devidamente identificadas; (viii) seja implementado Programa de Autocontrole (PPHO, BPF, PEPI, manutenção, estocagem, controle de temperatura, rastreabilidade) em todos os setores do entreposto; (ix) sejam as carnes armazenadas/estocadas no estabelecimento acondicionadas em caixas, gancheiras ou prateleiras; (x) mantenha a higienização e reposição de seus instrumentos danificados (quebrados, sem pintura, enferrujados, oxidados etc.); e (xi) manter seus equipamentos em bom estado de uso, submetendo-os periodicamente à manutenção;

CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

I. O **COMPROMISSÁRIO**, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, **compromete-se**, ainda, a pagar o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante o pagamento de boleto bancário a ser retirado nesta Promotoria de Justiça, com vencimento em 30 (trinta) dias após a sua emissão;

II. Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a encaminhar à 1ª Promotoria de Justiça cópia da Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), em até 10 (dez) dias após o prazo estabelecido no item acima.

CLÁUSULA TERCEIRA: CLÁUSULA PENAL

I. Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a cada vez que descumprir quaisquer das obrigações constantes na cláusula primeira deste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, revertendo o valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011.

II. Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

I. O **MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se** a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face dos COMPROMISSÁRIOS, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

I. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Negrinho/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Dessa forma, por estarem assim compromissados, firmam o presente TAC em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85), cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Rio Negrinho, 09 de agosto de 2019.

Roberta Trentini Machado Gonçalves
Promotora de Justiça

Edson Luis Wieczorkowski
Sócio-administrador do estabelecimento
Supermercado Mariantal Ltda ME

Rogério Pscheidt
OAB/SC 9599